



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

ATA DE REUNIÃO Nº 02/2025

Data: 17/07/2025

Horário: 14:00 – 15:00 hrs

Modalidade: Virtual

Local: Microsoft Teams

Objeto: Reunião da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão

PARTICIPANTES			
NOME	MATRÍCULA	CARGO	UNIDADE
Dr. Wildemberg Ferreira de Sousa	10267	Juiz – Supervisor da Comissão	Corregedoria Geral da Justiça
Liana Costa de Sousa	52895	Servidora – Coordenadora da Comissão	Secretaria de Gestão de Pessoas
Francisca Andrea Ribeiro Vasconcelos	42708	Servidora – Membro da Comissão	Diretoria Estadual de Atendimento
Francisco Marcelo Fontenele Braga	7834	Servidor – Membro da Comissão	Núcleo de Apoio às Comissões
Eduardo William de Castro Tavares	54105	Servidor – Membro da Comissão	SEGOV
Nara Célia Rolim Costa	22577	Servidora – Membro da Comissão	Coordenadoria de projetos arquitetônicos
Ana Carmélia Sousa Benicio	52339	Servidora – Membro da Comissão	SETIN

Edson Viana Gomes	11838	Servidor – Membro da Comissão	Assessoria de Comunicação Social
Marcela Fonseca Grangeiro	7780	Servidora – Membro da Comissão	Coordenadoria de projetos arquitetônicos
Lucas Macário Oliveira de Queiroz	50249	Servidor – Membro da Comissão	GADES – Francisco Bezerra Cavalcante
Láís Silvestre Ferreira	903394	Colaboradora - Convidada	Núcleo de Apoio às Comissões

PAUTA

- Apresentação dos novos integrantes da Comissão;
- Ambientação geral (e-mail, SEI, CPA, pastas no Teams, normativos, plano de ação, PLS-JUD, Prêmio CNJ de qualidade);
- Atribuições dos integrantes;
- II Encontro Nacional do Comitê dos Direitos de Pessoas com Deficiência;
- Apresentação do questionário de condições de Acessibilidade aplicado no NUPACI.

PRINCIPAIS ASSUNTOS ABORDADOS/DELIBERAÇÕES

1. Breve apresentação dos membros e boas-vindas aos novos participantes da comissão: Ana Carmélia Sousa Benício, Eduardo William de Castro Tavares e Liana Costa de Sousa.

2. O membro da comissão, Edson Viana, falou a respeito do projeto Justiça em Libras, que promoverá a participação de alunos do Instituto Felippo Smaldone, do Instituto dos Surdos e dos funcionários da Associação dos Pais e Amigos dos Deficientes (APADA) em uma sessão do Tribunal do Júri marcada para agosto.

3. O membro da comissão, Marcelo Braga, comunicou aos membros que solicitou a permissão

de acesso à fila de processos no SEI e no CPA para todos(as). Além disso, salientou a importância de acompanhar a caixa de e-mail da comissão, o site e as pastas no Microsoft Teams. Por fim, apresentou o relatório anual, a ser entregue para o prêmio CNJ de qualidade, e o Plano de Ação das atividades a serem trabalhadas na comissão.

4. Foi discutida a dificuldade de identificar o número exato de magistrados e servidores PCDs, o que compromete a formulação de políticas e ações pela comissão. O membro Lucas Macário informou ter recebido resposta de um ofício enviado à Diretoria de Perícia Médica (DIPEM), tratando da subnotificação de casos em que servidores só descobrem sua condição de PCD após ingressarem no Tribunal. A resposta indicou que a demanda por perícias médicas supera a quantidade de profissionais disponíveis para realizá-las.

5. Discutiuiu-se acerca do piso podotátil, NBR 9050, e de outros elementos que servem de guia no caminho de acesso ao Tribunal. A membra, Nara Célia, informou que existem duas rotas até a entrada: uma iniciando da parada de ônibus e outra, da faixa de pedestres que fica entre a SEPLAG e o TJ.

6. II Encontro Nacional do Comitê dos Direitos de Pessoas com Deficiência será sediado em Brasília na sede do TST no mês de agosto e terá a participação do Presidente e mais um membro da comissão.

7. O membro Lucas Macário apresentou a pesquisa sobre Acessibilidade, Saúde e condições de Trabalho, aplicada no NUPACI, com o objetivo de conhecer o público e promover melhores condições de trabalho para os servidores. A partir dos dados coletados nessa consulta, sugeriu-se que os trabalhos da comissão fossem mais divulgados e que essa pesquisa fosse realizada também, com as devidas adaptações, no âmbito de todo o Tribunal.

8. Foi sugerida uma palestra com músicos PCDs com o objetivo de divulgar a temática da acessibilidade e inclusão.

COMPROMISSOS GERADOS

DESCRIÇÃO	PRAZO/ STATUS	RESPONSÁVEL
Mandar um ofício a SEADI com o objetivo de saber sobre o cumprimento da norma (NBR 9050) em relação ao piso podotátil.	Não definido	Não definido
Acompanhar a fila de processos no SEI e no CPA.	Frequentemente	Liana Costa
Participar do II Encontro Nacional do Comitê dos Direitos de Pessoas com Deficiência.	Não definido	Dr. Wildemberg e mais um(a) membro(a) (a confirmar)

APROVAÇÕES

A análise e as considerações dos participantes, bem como suas manifestações de acréscimos e/ou correções, deverão ser enviadas até o dia **20/10/2025** para o seguinte endereço de e-mail: comissoes@tjce.jus.br. Aqueles que não emitirem pronunciamento no período estabelecido estarão, conseqüentemente, aprovando a Ata.